

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	<i>Aguardando Indicação</i>				
	Secretaria da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Suplente	Ausente	
03	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação	Luis Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
		José Police Neto	Titular	Ausente	
	CETESB	Eduardo Trani	Titular	Ausente	
		Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Presente	
04	Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP Águas	José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Presente	
	Secretaria da Saúde	Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Presente	
		Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
05	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Marco César Prado	Suplente	Presente	
		Henrique Bellinasso	Titular	Presente	
	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
		Vera Lucia Hidalgo Secco	Suplente	Justificado	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA	Isadora Mª G. da S. Lucas dos Santos	Suplente	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas – IEF	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente	
07	P.M. de São Pedro	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Americana	José Rubens Françoso	Titular	Presente	
		Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Campinas	Marcos Eduardo Morelli	Suplente	Presente	
		Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Presente	p/p Marco Antonio dos Santos
	P.M. de Limeira	Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
		Mário Celso Botion	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Jundiá	Simone Fernanda Zambuzi	Suplente	Presente	
		Luiz Fernando Arantes Machado	Titular	Ausente	
	P.M. de Atibaia	Martim de França Silveira Ribeiro	Titular	Presente	
		Emil Ono	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Holambra	Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
		Fernando Henrique Capato	Titular	Ausente	
	P.M. de Piracaia	Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
		José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Saltinho	Stela Dalva Sorgon	Suplente	Presente	
		Hélio Franzol Bernardino	Titular	Presente	p/ Aline Maria Leite de Moraes
	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	João Francisco de Lima	Titular	Presente	
		Rafael Piovezan	Suplente	Ausente	
12	P.M. de Camanducaia	Laerson Andia Júnior	Suplente	Presente	
		Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Ausente	
		Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
		Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
14	SABESP	Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Ausente	
		Dário Júlio Silveira Peçanha	Titular	Presente	
15	FIESP	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
		Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
16	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Presente	
		CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

	CIESP - DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	
	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Titular	Ausente	
19	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
20	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Titular	Presente	
21	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Ausente	
22	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
23	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
24	Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente	
	CRBio-04	Maurício Djalles Costa	Suplente	Justificado	

Membros sem direito a voto				
Representação	Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Ausente
	SP Águas	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Ausente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Ausente
	CIESP-DR Campinas	Vlamir Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	SP Águas	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Gustavo Arthur Mechlin Prado	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de A. Demarchi	Coordenador	Ausente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	P.M. de Louveira	Patrícia Regina Ferreira Calegari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Ausente
	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Justificado

Membros da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	ABCON	Luiz Pannuti Carra	Titular	Ausente	
		Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
02	AEEAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite	Titular	Ausente	
		Alexandre Luiz Tonetti	Suplente	Ausente	
		Edilson Pentean	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

		Hélio Bortoletto Júnior	Suplente	Ausente	
		Fernando Luiz Torsani	Suplente	Ausente	
		Mário Antônio Masteguim	Suplente	Ausente	
03	AEAP	Maurício Magossi	Titular	Presente	
		Luis Chorilli Neto	Suplente	Ausente	
04	ANA	Flávio Hadler Tröger	Titular	Ausente	
		Márcio de Araújo Silva	Suplente	Ausente	
		Osman Fernandes da Silva	Suplente	Ausente	
05	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
		Amanda Alves de Lima	Suplente	Ausente	
		Bruno Saccumann Miranda	Suplente	Ausente	
		Eliana Von Atzingen Bueno Morello	Suplente	Presente	
		Frederico R. B. R. de Almeida	Suplente	Ausente	
		Gladis Meiry Matteo	Suplente	Ausente	
		Gustavo Arthur Mechlin Prado	Suplente	Presente	
		Gustavo Rimoli de Medeiros	Suplente	Ausente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Ausente	
		Márcio Tonelotti	Suplente	Ausente	
		Myrian Nolandí Costa	Suplente	Ausente	
		Natália de Freitas Colesanti Perlette	Suplente	Ausente	
		Renato Garofalo	Suplente	Ausente	
		Tarciani Benedita Baia Santos	Suplente	Ausente	
06	CATI	Maurício Perissinotto	Titular	Presente	
		Angelo César Bosqueiro	Suplente	Ausente	
		Antônio Lopes Júnior	Suplente	Ausente	
		Henrique Bellinaso	Suplente	Presente	
07	CETESB	Ednéa Aparecida Parada	Titular	Ausente	
		Domenico Tremaroli	Suplente	Ausente	
08	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Titular	Presente	
		Luis Bernadino Arnal de Bário	Suplente	Ausente	
09	CODEN	Jaqueline Carraro Soggi	Titular	Ausente	
		Norberto Luiz Cordeiro	Suplente	Ausente	
		Rean Gustavo Sobrinho	Suplente	Ausente	
		Alexandre Martins Vieira	Suplente	Presente	
10	Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico	Titular	Presente	
		Francisco Carlos Castro Lahóz	Suplente	Presente	
		Lilian Cristina de M. G. Bozzi	Suplente	Ausente	
11	DAE Jundiá	Maria das Graças Martini	Titular	Ausente	
		José Antonio Ferreira	Suplente	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Presente	
		Rosemeire Aparecida Moreira	Suplente	Ausente	
12	GAEMA Cabeceiras	Leandro Henrique Ferreira Leme	Convocado	Ausente	
13	GAEMA PCJ	Alexandra Faccioli Martins	Convocado	Ausente	
		Ivan Carneiro Castanheiro	Convocado	Ausente	
		Rodrigo Sanches Garcia	Convocado	Ausente	
14	IGAM	Rosângela Pereira dos Santos	Titular	Ausente	
15	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
		Felipe Moraes Rigo	Suplente	Ausente	
		Maria Cláudia Zorzenon Chinolli	Suplente	Ausente	
16	IPT	Alessandra Gonçalves Siqueira	Titular	Presente	
		Guilherme de Paula Santos Cutolo Cortez	Suplente	Presente	
17	P.M de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha	Titular	Ausente	
		Lucia Helena Galdino	Suplente	Ausente	
		Maria Karolina da Silva Tamberlini	Suplente	Ausente	
		Tainah Aparecida Martins Baratella	Suplente	Ausente	
18	P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
		Miguel Renato Esperança	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

19	P.M de Indaiatuba	Danielle França Nery	Titular	Ausente	
		Karoline Monaro	Suplente	Ausente	
20	P.M de Jundiaí	Guilherme Theodoro N. P. de Lima	Titular	Presente	
		Vânia de Fatima Plaza Nunes	Suplente	Ausente	
21	P.M de Limeira	Flavia Maise Pizani Peruzza	Titular	Ausente	
		Tiago Bacarin Custódio	Suplente	Ausente	
20	P.M de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Titular	Presente	
		Alan Del Rosso	Suplente	Presente	
		André Gatti Filho	Suplente	Presente	
		Bruno Müller Bigueto	Suplente	Ausente	
		Caroline Mazine Alves	Suplente	Ausente	
		Daniel Fernando Miqueletto	Suplente	Ausente	
		Flávia Izaura Camargo Pinto	Suplente	Ausente	
		Gustavo Henrique Tarallo Bossi	Suplente	Ausente	
		José Ricardo Verardo	Suplente	Presente	
		Lucas Strabello	Suplente	Ausente	
		Luiz Henrique Dutra Gema	Suplente	Ausente	
		Patrícia Regina Ferreira Calegari	Suplente	Ausente	
		Rodolfo Duarte de Melo	Suplente	Ausente	
		Rose Mary G. Skelton Celidonio	Suplente	Ausente	
		Tatiana Fidelis Correia da Silva	Suplente	Ausente	
Vanessa Fernanda Lourençon	Suplente	Ausente			
Vinícius Gottschall Criscuolo	Suplente	Ausente			
21	P.M de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini	Titular	Ausente	
		João José de Lima	Suplente	Ausente	
		Pedro de Lopes Lucas de Amorim	Suplente	Ausente	
		Peterson de Ávila Alves Afonso	Suplente	Ausente	
		Thales Guilherme de Oliveira	Suplente	Ausente	
22	SAA	Maurício Perissinotto	Titular	Presente	
		Angelo César Bosqueiro	Suplente	Ausente	
		Antônio Lopes Júnior	Suplente	Ausente	
		Henrique Bellinaso	Suplente	Presente	
23	SAAE Salto	Alison Henrique Bressiano	Titular	Ausente	
		Sara Corrêa Appendino	Suplente	Ausente	
		Silvia Telles	Suplente	Ausente	
24	SABESP	Vanessa Egídio Pereira	Titular	Presente	
		Ane Caroline Grisolio Machion	Suplente	Presente	
		Bruno Raniely Gonçalves Santos	Suplente	Presente	
		Dário Júlio Silveira Peçanha	Suplente	Presente	
		Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Ausente	
		Nilton de Santana	Suplente	Ausente	
		Rodrigo Ferraz Moreira	Suplente	Presente	
		Sara Regina de Almeida Freitas	Suplente	Ausente	
Saulo de Assis Maia	Suplente	Presente			
25	SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado	Titular	Presente	
		Amanda Alves de Lima	Suplente	Ausente	
		Bruno Saccumann Miranda	Suplente	Ausente	
		Eliana Von Atzingen Bueno Morello	Suplente	Presente	
		Frederico Romaro Bernardi Rodrigues	Suplente	Ausente	
		Gladis Meiry Matteo	Suplente	Presente	
		Gustavo Rimoli de Medeiros	Suplente	Ausente	
		Márcio Tonelotti	Suplente	Ausente	
		Myrian Nolandi Costa	Suplente	Ausente	
		Natália de Freitas Colesanti Perlette	Suplente	Ausente	
		Renato Garofalo	Suplente	Ausente	
		Tarciani Benedita Baia Santos	Suplente	Ausente	
		Mateus Lucas Nardi	Titular	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

26	SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis	Suplente	Presente	
27	SEMAE	Dalva Bueno de Camargo Odorisi	Titular	Ausente	
		Hyago Rodrigues Borges	Suplente	Ausente	
		João Vitor Santos Roesner	Suplente	Ausente	
		Marcos Aurélio Tiago de Oliveira	Suplente	Ausente	
		Renato Natalio Cardoso	Suplente	Ausente	
		Rômulo Mota Teixeira	Suplente	Ausente	
28	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
29	SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
30	SP Águas	Caroline Túbero Bacchin	Titular	Presente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
31	UNICA	André Elia Neto	Titular	Presente	
		Gilson Camargo da Silva	Suplente	Ausente	
		Marcelo Akira Mizutani	Suplente	Ausente	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Aline Briques
	Daniel Ramos
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Léo
	Gabriel Sobreira
	Ivens de Oliveira
	João Macewicius
	Juliana Gonçalves
	Kaique Barretto
	Kátia Cezarino
	Laice Correia
	Lilian Cruz
	Mariela Arrizatto
	Patrícia Barufaldi
	Priscila C. Ávila da Silva
	Raquel Quirino
Sérgio Razera	
Tainá Moura	
Tiago Georgette	
Tony Segatto	
ANA	Hilda Renck Teixeira
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
Rotary Internacional	Rui Brasil Assis
Secretaria da Saúde	João Souza de Oliveira
SANASA	Luis Claudio de Assis
SEMAE Piracicaba	Raul Moraes
P.M de Rio Claro	Osmar da Silva Junior
ARES-PCJ	Carlos Roberto de Oliveira

Pauta e abertura. A convocação e a pauta da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) foram enviadas aos membros que compõe as duas câmaras técnicas, em 25/10/2024, por meio de mensagem eletrônica. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do

CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e agradeceu ao Professor Dr. Ricardo Shirota, Presidente do Instituto Pecege. Na sequência o Sr. Denis convidou para compor a mesa a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; o Sr. André Luiz Navarro Sanchez, Coordenador do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) da

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

CT-PB, e representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL); e o Sr. Gustavo Arthur Mechlin Prado, Coordenador da CT-PB, e
25 representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE). Após as falas de boas-vindas, o Sr. Denis abriu para manifestações sobre a sequência das pautas encaminhadas conforme a convocação realizada. O
30 Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, solicitou a palavra, e propôs aos membros a proposta de inversão de pauta, sugerindo que a reunião fosse iniciada pelo item 5 – “ Revisão de Preços e Mecanismos da Cobrança Paulista e Federal” –
35 considerando a complexidade do tempo e o tempo reduzido disponível para sua discussão. Na sequência, o Sr. Dário Júlio Silveira Peçanha, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), reiterou a
40 solicitação apresentada pelo Sr. Alexandre, ressaltando que todos os temas da pauta são relevantes, contudo, a revisão e o reajuste da cobrança constituem o assunto mais abrangente e complexo. O Sr. Dário solicitou, ainda, que fosse
45 abordada concomitantemente a questão do coeficiente X_4 , proposto pela SABESP para a transposição do Sistema Cantareira, tendo em vista que os pareceres e deliberações estão diretamente relacionados a esse mecanismo. Em seguida, o Sr.
50 Denis esclareceu que o coeficiente X_4 , na realidade, se trata de um subitem do ponto "Revisão de Preços e Mecanismos das Cobranças PCJ Paulista e Federal". Diante das solicitações apresentadas e não havendo manifestações adicionais, o Sr. Denis
55 submeteu à votação a inversão de pauta, propondo a antecipação do item 5 para o item 2, sendo a proposta aprovada por unanimidade. **2. Revisão de preços e mecanismos das cobranças PCJ Paulista e Federal.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
60 representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, realizou a contextualização do item em pauta. Informou que, em julho de 2021, foi reativado o Grupo de Trabalho da Cobrança (GT-Cobrança), vinculado à CT-PB,
65 com o objetivo de estudar e analisar a atualização dos valores e mecanismos praticados para as respectivas cobranças. Na sequência, o Sr. Denis concedeu a palavra aos membros da CT-PB e da
70 CT-PL para eventuais manifestações ou considerações gerais sobre o tema da cobrança, referente ao item 2. Destacou, entretanto, que

aqueles que desejassem apresentar manifestações específicas sobre os subitens 2a, 2b e 2c deveriam
75 aguardar o momento oportuno, quando cada um dos respectivos temas fosse abordado na pauta. Na sequência, a palavra foi concedida ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Sergio iniciou sua fala
80 agradecendo a presença de todos os membros e, em seguida, apresentou um panorama sobre a situação atual e o histórico do processo de revisão das Cobranças PCJ Paulista e Federal. O Sr. Sergio informou que, por meio da Agência PCJ, foi
85 contratada a empresa HidroBR para realizar o estudo abrangente sobre os principais pontos e propostas relacionados ao processo de revisão. Ressaltou que, em 2017, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) aprovou a atualização
90 dos valores da Cobrança Federal. No entanto, à época, os Comitês PCJ solicitaram um prazo adicional para a implementação dessa atualização, em razão do processo de revisão do Plano de Bacias. Em 2018, o CNRH aprovou a concessão desse
95 prazo. Contudo, devido a fatores como a crise econômica e a pandemia, a revisão e atualização dos valores das Cobranças PCJ Paulista e Federal não foram efetivadas. O Sr. Sérgio destacou que o estudo elaborado pela HidroBR identificou ações
100 prioritárias, incluindo melhorias na coleta e no tratamento de esgoto, redução de perdas e aperfeiçoamentos nas Estações de Tratamento de Esgoto, as quais são essenciais para o cumprimento dos objetivos estabelecidos para as Bacias PCJ.
105 Além disso, explicou que a proposta a ser apresentada teve início há dois anos, com a sugestão de um reajuste inicial de 70% na Cobrança PCJ Federal, aplicando-se o mesmo percentual à Cobrança PCJ Paulista, que apresenta uma
110 defasagem estimada em aproximadamente 40%. O propósito central dessa medida é promover a equiparação entre os valores das cobranças, reduzindo discussões prolongadas e agilizando o processo decisório. Após esse período de análise, a
115 proposta consolidada e apresentada nesta reunião contempla um reajuste aproximado e gradativo de 30% e 90% na Cobrança Federal e Paulista, respectivamente. O Sr. Sergio também informou que tem mantido diálogo com o Diretor
120 Administrativo e Financeiro da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), com o objetivo de assegurar que, na regulamentação dos valores, fique explícito que a cobrança pelo uso da

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

125 água não concorre com os recursos destinados às
melhorias no saneamento básico. Dando
continuidade à reunião, o Sr. Sérgio concedeu a
palavra ao Sr. Carlos Roberto Oliveira, Diretor
Administrativo e Financeiro da ARES-PCJ, para
130 que fizesse considerações acerca dos custos
regulatórios. O Sr. Carlos Roberto destacou que,
atualmente, a ARES-PCJ regula os serviços de
saneamento para aproximadamente 11 milhões de
habitantes. Explicou que a revisão dos custos
135 tarifários é realizada com base em uma fórmula
paramétrica que considera diversos fatores,
incluindo os custos operacionais dos serviços de
saneamento, as perdas inflacionárias e toda a cadeia
de custos dos prestadores de serviços de
140 abastecimento de água. O Sr. Carlos Roberto
esclareceu, ainda, que, dentro dessa cadeia de
custos, estão incluídos os valores referentes à
cobrança pelo uso da água, os quais são
automaticamente repassados ao usuário final, sem
145 qualquer alteração por parte da ARES-PCJ.
Destacou que, em períodos anteriores, alguns
municípios optaram por explicitar nos extratos de
cobrança o custo relativo ao uso da água. No
entanto, essa prática gerou dificuldades na
150 compreensão por parte dos usuários, resultando em
um aumento expressivo no número de reclamações
registradas junto à Ouvidoria da ARES-PCJ. Em
razão desse cenário, a maioria dos municípios
decidiu suprimir essa informação dos extratos de
155 cobrança. Concluída a exposição do Sr. Carlos
Roberto, o Sr. Denis agradeceu pelos
esclarecimentos prestados e, na sequência,
franqueou a palavra aos membros para eventuais
contribuições e questionamentos. Na sequência, o
160 Sr. Dário Júlio Silveira Peçanha, representante da
Companhia de Saneamento Básico do Estado de
São Paulo (SABESP), parabenizou os presentes
pelo andamento das discussões. Destacou que a
SABESP é plenamente favorável ao instrumento de
165 cobrança, considerando que é a maior contribuinte
pelo uso da água no estado de São Paulo, com um
montante aproximado de R\$ 110.000.000,00 (cento
e dez milhões de reais). No entanto, ressaltou que a
entidade não é contra as discussões e o reajuste nos
170 valores da cobrança. O Sr. Dário lembrou que a
SABESP havia proposto um mecanismo de
abatimento na cobrança como contrapartida aos
investimentos realizados na coleta e no tratamento
de esgoto na bacia. Ressaltou, ainda, que o Marco
175 Legal do Saneamento estabelece metas para tais
melhorias, não apenas para a SABESP, mas para

todas as concessionárias de saneamento, sendo que
o referido mecanismo poderia atender a todas as
entidades até 2033. No entanto, esclareceu que esse
180 mecanismo não será objeto de discussão nesta
reunião, uma vez que não houve adesão dos
membros a essa proposta. Na sequência, o Sr. Dário
destacou que o modelo de gestão de recursos
hídricos adotado no Brasil tem como referência o
185 modelo francês, contudo, existem diferenças
significativas entre ambos. No modelo francês, os
investimentos em obras estruturantes são
financiados da seguinte forma: 50% pelos comitês,
30% pela concessionária subsidiada pela tarifa e
190 20% pelo Estado. Em contrapartida, no Brasil, as
obras estruturantes são delegadas às concessionárias
de saneamento, o que exige uma análise criteriosa
sobre os impactos de eventuais reajustes na
cobrança. Na sequência, o Sr. Miguel Madalena
195 Milinski, representante da Associação Amigos do
Horto Rio Claro (AAMHOR), manifestou
concordância com a fala proferida pelo Sr. Dário,
posicionando-se favoravelmente à criação de um
mecanismo que permita abatimento na cobrança
200 quando a concessionária realizar investimentos na
proteção dos mananciais. Ressaltou, ainda, a
relevância desses investimentos e a necessidade de
adequações no modelo de cobrança, de modo a
garantir, no futuro, a disponibilidade e a qualidade
205 da água ofertada aos consumidores. Em seguida, o
Sr. Francisco Carlos Lahóz, representante do
Consórcio PCJ, iniciou sua fala lembrando o
histórico de criação do CBH-PCJ em 1993,
destacando que, em 1999, o Consórcio PCJ iniciou
210 a cobrança de forma voluntária, sendo que somente
em 2003 foi instituída e regulamentada a cobrança
na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.
Prosseguindo, o Sr. Francisco destacou que, à
época, havia grande receio por parte dos usuários
215 em relação à cobrança, temor que foi
gradativamente superado por meio de palestras e
simulações desenvolvidas pelos pioneiros da
Agência das Bacias PCJ. Ressaltou que somente em
2006 teve início a cobrança efetiva na região do
220 CBH-PCJ. O Sr. Francisco enfatizou, ainda, o papel
da regulação do saneamento no contexto do Novo
Marco Legal, que prevê metas e penalidades em
caso de descumprimento do contrato de gestão.
Destacou, também, a importância dos recursos
225 financeiros arrecadados para os Comitês de Bacias,
essenciais para ações como a conservação da água,
o financiamento de projetos, o combate ao
desperdício, entre outras iniciativas voltadas à

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

gestão dos recursos hídricos. O Sr. Francisco
ressaltou a diferença entre a arrecadação nos
Comitês de Bacias da França, que alcança
aproximadamente € 2.000.000.000,00 (dois bilhões
de euros) ao ano, e a arrecadação dos Comitês PCJ,
que gira em torno de R\$ 40.000.000,00 (quarenta
milhões de reais) anualmente, evidenciando a
disparidade entre as realidades financeiras dos dois
sistemas. Por fim, o Sr. Francisco fez um apelo à
mobilização de recursos para apoiar projetos e
incentivos voltados à preservação dos recursos
hídricos, enfatizando que não se deve economizar
nesse setor, pois poupar nesse contexto pode
comprometer a disponibilidade da água no futuro. O
Sr. Denis agradeceu as considerações apresentadas
pelo Sr. Francisco e, na sequência, concedeu a
palavra ao Sr. Petrus Bartholomeus Weel,
representante da Prefeitura Municipal de Holambra.
O Sr. Petrus iniciou sua manifestação ressaltando
que o montante resultante deste reajuste sugerido
para a revisão da cobrança é de pequeno e, portanto,
não deveria suscitar preocupações excessivas entre
os usuários. Na sequência, o Sr. Denis verificou se
havia mais alguma manifestação por parte dos
presentes acerca do item 2. Não havendo outras
considerações, solicitou o início das apreciações e
apresentações dos itens específicos 2a, 2b e 2c. **a)**
**Apreciação de minuta de parecer técnico da CT-
PB e da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ
referentes à revisão de mecanismos e valores das
Cobranças PCJ Paulista e Federal.** O Sr. Denis
Herisson da Silva, representante da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São
Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, abordou o item de pauta referente à
minuta do parecer técnico da CT-PB e à deliberação
dos Comitês PCJ, relacionada à revisão dos
mecanismos e valores das cobranças PCJ Paulista e
Federal. O Sr. Denis destacou que o parecer técnico
elaborado pela CT-PB estabelece novos valores
para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas
Bacias PCJ, abrangendo tanto os corpos d'água de
domínio do estado de São Paulo quanto os de
domínio da União, além de propor alterações nos
coeficientes ponderadores da cobrança paulista.
Após essa breve contextualização, o Sr. Denis
solicitou o apoio do Sr. André Luiz Sanchez
Navarro, Coordenador do GT-Cobrança da CT-PB
e representante da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo
(SEMIL), para realizar uma apresentação sobre o
tema. O Sr. André Navarro iniciou sua apresentação

contextualizando o histórico do processo de
cobrança. Destacou que, em 2018, o Conselho
Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) deliberou
que os Comitês PCJ deveriam apresentar, até 2021,
uma proposta de revisão dos valores e mecanismos
de cobrança, orientada pelo Plano de Bacias PCJ
2020-2035. Na sequência, o Sr. André ressaltou que
a revisão da cobrança não pôde ser realizada no
prazo originalmente previsto devido à pandemia
iniciada em 2020, o que resultou na necessidade de
solicitar ao CNRH um novo cronograma. Esse novo
cronograma previa a apresentação da proposta de
revisão em junho de 2024 e foi encaminhado ao
CNRH e CRH-SP a Deliberação ad referendum dos
Comitês PCJ no 476/24, de 07/06/2024 que
prorrogou o cronograma para apresentação da
proposta para 30/06/2025. Em seguida, o Sr. André
destacou que o Plano de Ação presente no Plano de
Bacias está com custo estimado em
R\$ 7.600.000.000,00 (sete bilhões e seiscentos
milhões de reais), sendo R\$ 6.900.000.000,00 (seis
bilhões e novecentos milhões de reais) destinados
ao eixo de enquadramento dos corpos d'água e uma
previsão de arrecadação de R\$ 715.000.000,00
(setecentos e quinze milhões de reais) por meio das
cobranças PCJ. Ressaltou ainda que as ações
previstas estão distribuídas em classes de prioridade
dentro do Plano de Bacias, destacando algumas
delas, tais como: obras relacionadas ao saneamento,
melhorias em sistemas de coleta, ampliação de
sistemas de transporte, elaboração de projetos para
novas Estações de Tratamento de Efluentes (ETEs),
implantação de ETEs projetadas e aprimoramento
das já existentes. Na sequência, o Sr. André
salientou que a discussão em torno da revisão da
cobrança tem como objetivo captar recursos para
atender municípios prioritários, com especial
ênfase para aqueles classificados como classe 5,
considerando a urgência de investimentos na
preservação dos recursos hídricos nessas
localidades. O Sr. André prosseguiu
contextualizando os principais resultados obtidos
por meio das oficinas e reuniões realizadas com o
GT-Cobrança. A primeira oficina resultou na
simplificação dos mecanismos de uso e dos
coeficientes, além da avaliação do impacto do
reembolsável federal. A segunda oficina abordou a
vinculação da revisão da cobrança aos cenários de
atendimento ao Plano de Recursos Hídricos, a
definição de indicadores de resultado e a
necessidade de progressividade e isonomia. A
terceira oficina tratou da supressão de alguns

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

335 coeficientes e da relação entre o volume medido e o
336 volume outorgado. O Sr. André complementou, em
337 relação à terceira oficina, que foram discutidos três
338 cenários para a revisão da cobrança, a saber: i) Equiparação da cobrança paulista com a cobrança
339 federal, sem aumento real nos preços da cobrança
340 federal; ii) Atendimento a investimentos previstos
341 no Plano de Bacias, no montante de
342 R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais),
343 contemplando, dentro da ordem de prioridade, um
344 percentual dos municípios classificados como
345 classe 5; iii) Comparação dos valores praticados em
346 outro comitê federal com igual ou menor nível de
347 complexidade que o CBH-PCJ, observando os
348 preços aplicados nessa instância. Em seguida, o Sr.
349 André informou que, após o encerramento do
350 processo das oficinas, foi elaborado o relatório final,
351 entregue pela empresa HidroBR. Na sequência, o
352 Sr. André apresentou o detalhamento do parecer
353 técnico. No que tange à aplicação dos recursos
354 arrecadados, a proposta estabelece que os valores
355 adicionais obtidos com o reajuste dos preços sejam
356 exclusivamente destinados à realização de
357 intervenções físicas, tais como obras e projetos a
358 elas integrados. Na sequência, o Sr. André ressaltou
359 que, após a revisão da cobrança paulista em 2012,
360 foi deliberado pelo Conselho Estadual de Recursos
361 Hídricos de São Paulo que uma determinada
362 porcentagem dos valores arrecadados deve ser
363 aplicada em cada Programa de Duração Continuada
364 (PDC). A referida deliberação estabelece que os
365 Comitês, em seus planos de ação e programas de
366 investimentos, devem destinar, no mínimo, 60% dos
367 recursos a três PDCs distintos. Além disso,
368 determina-se a alocação de 25% dos recursos nos
369 PDCs 1 e 2, que se referem ao planejamento e aos
370 instrumentos de gestão, enquanto até 15% devem
371 ser direcionados aos demais PDCs. Ainda no que se
372 refere à aplicação de recursos, o Sr. André destacou
373 que foram estabelecidas diretrizes relacionadas aos
374 indicadores para o acompanhamento da gestão dos
375 investimentos. Informou que a Agência das Bacias
376 PCJ deverá elaborar, até o ano de 2025, uma
377 proposta de indicadores e estratégias de
378 monitoramento voltadas à avaliação permanente da
379 gestão dos recursos hídricos. Essa proposta deverá
380 contemplar procedimentos padronizados para o
381 acompanhamento da execução dos
382 empreendimentos financiados. Em seguida, o Sr.
383 André iniciou sua explanação acerca da revisão dos
384 mecanismos de cobrança, citando, em particular, os
385 mecanismos $K_{med\ extra}$ e X_5 . O Sr. André prosseguiu

385 com sua apresentação abordando os mecanismos de
386 cobrança $K_{med\ extra}$ e X_5 . Segundo a redação original
387 da deliberação de 2007, ambos os mecanismos
388 resultavam no mesmo efeito, ou seja, quando a
389 diferença entre o valor outorgado e o valor medido
390 ultrapassava 30%, havia um acréscimo no valor da
391 cobrança. Na sequência, o Sr. André apresentou as
392 alterações propostas para a revisão do $K_{med\ extra}$,
393 destacando que a nova formulação atribui um peso
394 maior ao valor medido e um peso menor ao valor
395 outorgado. Dessa forma, será aplicado um
396 coeficiente correspondente a 20% do valor total da
397 outorga quando houver medição, enquanto a
398 ausência de medição resultará na cobrança integral
399 do valor outorgado. No que se refere ao mecanismo
400 X_5 , o Sr. André informou que a revisão seguiu a
401 mesma lógica, resultando na equalização dos
402 coeficientes para 1 (um), independentemente da
403 existência de medição, eliminando, assim, as
404 penalizações anteriormente impostas por ambos os
405 coeficientes. Em seguida, o Sr. André abordou o
406 coeficiente X_{13} da Cobrança Paulista, que incide
407 sobre os valores referentes à transposição de bacias.
408 Apresentou um breve histórico desse coeficiente,
409 ressaltando que, na última revisão realizada em
410 2015, foi fixado o valor de 1 (um), tanto para a
411 captação quanto para o consumo decorrente da
412 transposição de bacia. Para a nova revisão do
413 mecanismo de cobrança, propõe-se a aplicação de
414 um coeficiente de 0,1 (um décimo) para a captação
415 em transposições de bacias já existentes, mantendo-
416 se o valor de 1 (um) para o consumo dessas
417 transposições. Na sequência, o Sr. André tratou das
418 alterações na metodologia de cálculo da Cobrança
419 Federal para a transposição do Sistema Cantareira.
420 Explicou que a principal mudança consiste em
421 calcular a cobrança, com base no volume
422 efetivamente utilizado durante o período
423 operacional de cada faixa do sistema, garantindo
424 maior precisão e aderência ao uso real dos recursos
425 hídricos. Por fim, o Sr. André apresentou as
426 modificações propostas para os coeficientes $K_{consumo}$
427 e K_t aplicados aos usuários rurais na Cobrança
428 Federal. Destacou que o $K_{consumo}$, específico para o
429 setor de irrigação, pode aumentar ou reduzir o valor
430 a ser pago conforme a tecnologia empregada pelo
431 usuário. Já o K_t é um coeficiente que concede
432 descontos aos valores cobrados no setor de
433 irrigação, diferenciando-os dos demais usos. A
434 proposta de revisão estabelece a fixação do $K_{consumo}$
435 em 1 (um) e do K_t em 0,1 (um décimo),
436 independentemente da tecnologia utilizada pelo

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

usuário, conferindo maior previsibilidade à cobrança. O Sr. André prosseguiu com sua apresentação abordando a alteração no processo de levantamento de informações para o cálculo do coeficiente referente à porcentagem de remoção de carga orgânica na Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos (K_{pr}). Explicou que, conforme a proposta contida na minuta de deliberação, usuários que apresentarem 85% de remoção de carga orgânica farão jus a um desconto de 7% sobre o valor anual a ser pago pelo lançamento de carga de DBO (ValorDBO). Já os usuários que atingirem 95% de remoção terão um desconto de 20% sobre o mesmo valor. Na sequência, o Sr. André abordou o coeficiente ponderador Y_3 , esclarecendo que este possui a mesma estrutura de cálculo do coeficiente K_{pr} . Destacou que a proposta prevê que o coeficiente Y_3 seja calculado com base na porcentagem de remoção (PR) de carga orgânica (DBO) na Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos, utilizando os dados da outorga para aplicação dos descontos na cobrança. Em seguida, o Sr. André apresentou o último ponto relacionado aos coeficientes ponderadores, abordando o coeficiente X_4 . Explicou que o X_4 é um coeficiente aplicável à Cobrança Paulista, podendo aumentar ou reduzir o valor a ser pago pelos usuários em função do grau de regularização da obra associada. Na sequência, apresentou as premissas dos três cenários simulados pela HidroBR no que se refere aos aumentos reais decorrentes da revisão dos mecanismos de cobrança. **Cenário A:** Equiparação das Cobranças Federal e Paulista, contemplando 3,75% dos recursos para estudos e projetos e 4% para obras prioritárias nos municípios classificados como classe 5. **Cenário B:** Equiparação dos preços do PCJ Federal aos preços praticados pelo Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), resultando em um aumento de 69% nos Preços Unitários Brutos (PUB). Esse cenário contemplaria 28,79% dos recursos para estudos e projetos e 10% para obras prioritárias nos municípios de classe 5. **Cenário C:** Atendimento ao montante necessário para os investimentos previstos no Plano de Bacias, prevendo 30% dos recursos para estudos e projetos, 10% para obras prioritárias nos municípios de classe 5 e um montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para obras e serviços voltados ao combate às perdas hídricas. O Sr. André destacou que esses cenários implicariam incrementos nos valores arrecadados, estimando-se que, até 2035, o Cenário A resultaria

em uma arrecadação total de R\$ 158.000.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões de reais), o Cenário B em aproximadamente R\$ 540.000.000,00 (quinhentos e quarenta milhões de reais) e o Cenário C em R\$ 588.000.000,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões de reais). Na sequência, o Sr. André explicou que o impacto financeiro decorrente da revisão das Cobranças Paulista e Federal seria mitigado por meio de uma proposta de aumento progressivo. Informou que a Cobrança Federal será reajustada em um período de dois anos, sendo que, em 2026, haverá a inclusão de 50% do aumento real nos Preços Públicos Unitários (PPUs) de 2025, acrescido da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ; em 2027, será incorporado 100% do aumento real, mais a variação do IPCA. Já para a Cobrança Paulista, o reajuste será implementado ao longo de quatro anos, conforme o seguinte cronograma: **2026:** Aplicação de 20% da diferença entre os Preços Unitários Básicos (PUBs) atuais e os PPU's majorados, acrescido do PUB atual. **2027:** Acréscimo de 40% da diferença, mais o PUB atual. **2028:** Acréscimo de 70% da diferença, mais o PUB atual. **2029:** Incorporação integral do valor do aumento proposto aos PUBs. Na sequência, o Sr. Dário questionou se o cálculo das simulações dos cenários consideraria o IPCA com base no ano de 2024 ou no ano de 2025, considerando que a previsão para o início da cobrança é 2025. O Sr. André respondeu que, nas simulações realizadas, foi utilizado um IPCA fictício de 4%, mas que, quando houver deliberação pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), será aplicado o IPCA correspondente ao ano vigente. Em seguida, o Sr. André apresentou projeções de arrecadação incremental para os anos seguintes. Para a Cobrança Federal, a arrecadação incremental será de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) em 2026, alcançando R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) em 2035. Para a Cobrança Paulista, os valores incrementais estimados são de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em 2026 e R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) em 2035. Na sequência, o Sr. André destacou que, em conformidade com a Deliberação CRH nº 180/2015, deverão ser realizadas ações de orientação aos usuários, incluindo a apresentação do simulador de cobrança e sua ampla divulgação. Ao término desse processo, deverá ser elaborado um relatório sobre a execução dessas ações, a ser encaminhado à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, para

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

incorporação ao Relatório do Estudo de Fundamentação. O Sr. André prosseguiu apresentando aspectos relacionados à operacionalização do financiamento reembolsável como fonte complementar de recursos, ressaltando a importância de intensificar as ações voltadas ao incentivo do financiamento reembolsável vinculado à cobrança paulista. Para finalizar, o Sr. André enfatizou a grande diferença existente entre os Comitês PCJ e o CEIVAP, destacando que os valores praticados em cada comitê apresentam significativa variação. Por fim, o Sr. André ressaltou a importância de se estabelecer um consenso entre os usuários quanto à disposição para pagamento, de forma a viabilizar o encaminhamento da proposta para deliberação pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Denis agradeceu a apresentação e parabenizou o Sr. André pelo empenho na condução da exposição e pela dedicação à frente do GT-Cobrança. **b) Apreciação de relatório de fundamentação da proposta de revisão de valores e mecanismos das Cobranças PCJ Paulista e Federal.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, realizou a contextualização do item de pauta referente ao Item b – Apreciação do Relatório de Fundamentação da Proposta de Revisão dos Valores dos Mecanismos de Cobrança PCJ Paulista e Federal. Destacou que esse item apresenta o Relatório de Fundamentação para a revisão das cobranças pelos usos dos recursos hídricos em corpos d'água de domínio do estado de São Paulo e da União. Após essa breve contextualização, o Sr. Denis solicitou o apoio do Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar uma apresentação sobre o tema, com o objetivo de subsidiar o entendimento dos presentes. O Sr. Ivens iniciou sua apresentação ressaltando a importância do conhecimento das exigências relacionadas ao processo de revisão das cobranças PCJ, bem como da estrutura mínima estabelecida pela Resolução nº 180, de 14 de dezembro de 2015, do Conselho CRH, no que se refere ao conteúdo a ser avaliado. Destacou, ainda, que o Relatório de Fundamentação foi elaborado em conjunto por diversas áreas da Agência das Bacias PCJ, com o apoio do Sr. André Luiz Navarro Sanchez, Coordenador do Grupo de Trabalho de Cobrança (GT-Cobrança) da CT-PB e representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e

Logística do Estado de São Paulo (SEMIL). Na sequência, o Sr. Ivens destacou que, na elaboração do relatório e, em especial, na definição da metodologia, foi considerada a Resolução CRH nº 180, de 2015, a qual estabelece o conteúdo mínimo a ser avaliado nos processos de revisão da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Conforme mencionado anteriormente pelo Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, em 2022, a empresa HidroBR foi contratada pela Agência PCJ para a realização de um levantamento de dados no contexto da revisão da cobrança. A HidroBR ficou responsável pela revisão dos estudos da cobrança, incluindo a coleta de novos dados e a análise de dados históricos disponibilizados pela Agência PCJ, com base em sua atuação ao longo dos anos. O Sr. Ivens ressaltou que o Relatório de Fundamentação elaborado atende integralmente aos requisitos exigidos pelo CRH. O primeiro aspecto abordado refere-se à atualização do universo de usuários pagadores da cobrança pelos recursos hídricos, considerando que a atualização dos preços ocorre em duas dominialidades: Federal e Estadual (Paulista). Destacou que há usuários que contribuem exclusivamente para a Cobrança PCJ Federal, outros que são pagadores apenas da Cobrança PCJ Estadual Paulista, e ainda aqueles que realizam pagamentos em ambas as esferas. Segundo o Sr. Ivens, o relatório elaborado abrange principalmente o período de 2013 a 2023, uma vez que o último Relatório de Fundamentação foi elaborado em 2013. Ressaltou que o primeiro processo de revisão das Cobranças PCJ ocorreu em 2012, razão pela qual o presente relatório contempla o histórico a partir de 2013. No que se refere à Cobrança PCJ Federal, observou-se que o principal setor de usuários pagadores corresponde à indústria, ou seja, quantitativamente há um maior número de usuários industriais contribuindo para essa cobrança. Já na Cobrança Paulista, a maioria dos usuários pertence ao setor urbano-privado, principalmente aqueles que possuem poços artesianos. Considerando ambas as cobranças, atualmente há aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) usuários que recebem boletos de cobrança, seja da esfera Federal ou da Estadual Paulista. Em seguida, o Sr. Ivens apresentou o histórico de arrecadação e aplicação dos recursos. No período de 2013 a 2023, ou seja, ao longo de aproximadamente dez anos, foram arrecadados mais de R\$ 404.000.000,00 (quatrocentos e quatro milhões de reais) nas duas

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

645 dominialidades. Para ilustrar essa evolução, apresentou um gráfico no qual a arrecadação federal foi destacada na cor azul, enquanto a arrecadação da Cobrança Estadual Paulista foi evidenciada na cor laranja. O Sr. Ivens também ressaltou o período de 2014 a 2016, marcado por uma crise econômica, uma crise hídrica e a primeira judicialização da SABESP, relacionada à transposição do Sistema Cantareira. Durante esse período, a crise hídrica resultou em uma redução significativa do volume captado, enquanto a crise econômica gerou um aumento expressivo na inadimplência, que atingiu aproximadamente 20%. Adicionalmente, ocorreu a primeira contestação quanto à metodologia de cobrança, em decorrência da transposição do Sistema Cantareira. Diante dos três fatores supracitados, a arrecadação no período mencionado foi inferior ao padrão anteriormente praticado. No intervalo de 2017 a 2018, observou-se um cenário mais favorável à arrecadação, impulsionado por uma significativa recuperação de débitos de anos anteriores e pela implementação de mecanismos na Cobrança Estadual Paulista para a recuperação desses valores. Foram adotadas medidas como a inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), a inscrição em Dívida Ativa, bem como a suspensão e revogação de outorgas. Nos anos de 2019 e 2020, verificou-se um novo declínio na arrecadação, principalmente em razão do segundo processo judicial movido pela SABESP em relação à cobrança pela transposição do Sistema Cantareira. Já no período de 2021 a 2023, a arrecadação retomou os patamares anteriormente praticados. Ressalta-se que, a partir de 2018, foi iniciada a atualização dos preços na Cobrança Federal, o que gerou uma diferença significativa entre as arrecadações Federal e Estadual Paulista. O Sr. Ivens prosseguiu destacando, no item b, a aplicação dos recursos arrecadados ao longo da última década. Durante esse período, foram introduzidos diversos instrumentos de planejamento, sobretudo na esfera da Cobrança Federal. Entre esses instrumentos, destacou-se o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ), que atualmente se encontra em sua terceira edição, o PAP 2021-2025. Na sequência, o Sr. Ivens apresentou os montantes efetivamente aplicados em cada um dos ciclos do PAP-PCJ. No primeiro ciclo, foram contratados quase R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), enquanto no segundo ciclo esse montante foi de aproximadamente R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais). No

período vigente, considerando os dados até 2023, foram aplicados R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais). O Sr. Ivens ressaltou que os valores aplicados no ciclo atual estão abaixo do previsto inicialmente, devido a fatores ocorridos ao longo da década, os quais podem impactar a continuidade ou descontinuidade de diversos projetos. Em seguida, o Sr. Ivens apresentou um gráfico demonstrando o desempenho da Agência das Bacias PCJ na aplicação dos recursos oriundos da Cobrança Federal. Ele contextualizou que sempre houve questionamentos, tanto no âmbito do CNRH quanto no CRH, sobre a efetiva destinação dos recursos arrecadados. No entanto, destacou que mais de 95% do montante arrecadado foi contratado e que 90% desse valor já foi desembolsado pela Agência das Bacias PCJ, demonstrando a efetividade na execução dos investimentos planejados. O Sr. Ivens ressaltou ainda a diversificação dos investimentos ao longo dos anos, considerada um ponto forte da Agência das Bacias PCJ. Inicialmente, os investimentos estavam majoritariamente concentrados em projetos de coleta, tratamento e afastamento de esgoto, o que posteriormente passou a abranger também ações voltadas à redução de perdas hídricas. Com o passar da década, os investimentos se expandiram para áreas como monitoramento, proteção de mananciais, comunicação, educação ambiental, gestão dos recursos hídricos e fiscalização do uso da água. Adicionalmente, o Sr. Ivens enfatizou os avanços no que se refere ao custeio administrativo. Ressaltou que a Resolução CRH nº 180 não detalha essa questão, contudo, a Agência das Bacias PCJ reconheceu a importância de incluir essa análise na série histórica apresentada. Destacou que 70% das despesas administrativas da Agência correspondem a gastos com pessoal. Ao finalizar sua exposição, o Sr. Ivens salientou que, ao longo de todo o período analisado, mesmo diante das restrições financeiras relacionadas ao custeio administrativo, a Agência das Bacias PCJ não solicitou recursos extraordinários à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para custear suas despesas operacionais. Destacou ainda que, nos momentos de queda na arrecadação, a ANA se prontificou a disponibilizar recursos à Agência das Bacias PCJ, demonstrando a relevância da atuação institucional no equilíbrio da gestão financeira da entidade. Diante dos três fatores supracitados, a arrecadação do período em questão foi inferior ao que vinha sendo praticado anteriormente. No

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

750 intervalo de 2017 a 2018, verificou-se um cenário
755 mais favorável para a arrecadação das cobranças,
com significativa recuperação de débitos de anos
anteriores e a implementação de instrumentos
fundamentais na Cobrança Estadual Paulista para a
recuperação desses valores. Foram adotadas
760 medidas como a inclusão no Cadastro Informativo
de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
(Cadin), a inscrição em Dívida Ativa, bem como a
suspensão e revogação de outorgas. Nos anos de
2019 e 2020, houve uma nova queda na
765 arrecadação, sobretudo em razão do segundo
processo judicial movido pela SABESP em relação
à cobrança pela transposição do Sistema Cantareira.
No período de 2021 a 2023, a arrecadação retomou
os patamares anteriormente praticados. Ressalta-se
770 que, a partir de 2018, foi iniciada a atualização dos
preços na Cobrança Federal, o que resultou em uma
diferença significativa entre as arrecadações Federal
e Estadual Paulista. O Sr. Ivens prosseguiu
destacando, no item b, a aplicação dos recursos
arrecadados ao longo da última década. Durante
775 esse período, foram introduzidos diversos
instrumentos de planejamento, sobretudo no âmbito
da Cobrança Federal. Entre esses instrumentos,
destacou-se o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-
PCJ), atualmente em sua terceira edição, o PAP
2021-2025. Na sequência, o Sr. Ivens apresentou os
montantes efetivamente aplicados em cada um dos
780 ciclos do PAP-PCJ. No primeiro ciclo, foram
contratados aproximadamente R\$ 60.000.000,00
(sessenta milhões de reais), enquanto no segundo
esse montante atingiu cerca de R\$ 80.000.000,00
(oitenta milhões de reais). No período vigente,
considerando os dados até 2023, foram aplicados
785 R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais).
O Sr. Ivens ressaltou que os valores aplicados no
ciclo atual estão abaixo do previsto inicialmente, em
razão de diversos fatores ocorridos ao longo da
década, os quais podem impactar a continuidade ou
descontinuidade de diversos projetos. Em seguida,
790 o Sr. Ivens apresentou um gráfico demonstrando o
desempenho da Agência das Bacias PCJ na
aplicação dos recursos oriundos da Cobrança
Federal. Ele contextualizou que sempre houve
questionamentos por parte dos usuários, no âmbito
795 do CNRH e do CRH, sobre a efetiva destinação dos
recursos arrecadados. No entanto, destacou que
mais de 95% do montante arrecadado foi contratado
e que 90% desse valor já foi desembolsado pela
Agência das Bacias PCJ, demonstrando a
800 efetividade na execução dos investimentos

planejados. O Sr. Ivens ressaltou ainda a
diversificação dos investimentos ao longo dos anos,
considerada um ponto forte da Agência das Bacias
PCJ. Inicialmente, os investimentos estavam
805 majoritariamente concentrados em projetos de
coleta, tratamento e afastamento de esgoto, o que
posteriormente passou a abranger também ações
voltadas à redução de perdas hídricas. Com o passar
da década, os investimentos foram ampliados para
810 áreas como monitoramento, proteção de
mananciais, comunicação, educação ambiental,
gestão dos recursos hídricos e fiscalização do uso da
água. Adicionalmente, o Sr. Ivens enfatizou os
avanços no que se refere ao custeio administrativo.
815 Ressaltou que a Deliberação CRH nº 180/2015 não
fornece detalhes sobre esse tema, contudo, a
Agência das Bacias PCJ reconheceu a importância
de incluir essa análise na série histórica apresentada.
Destacou ainda que 70% das despesas
820 administrativas da Agência correspondem a gastos
com pessoal. Ao finalizar sua exposição, o Sr. Ivens
salientou que, ao longo de todo o período analisado,
mesmo diante das restrições financeiras
relacionadas ao custeio administrativo, a Agência
das Bacias PCJ não solicitou recursos
825 extraordinários à ANA para cobrir suas despesas
operacionais. Ressaltou, ainda, que em momentos
de queda na arrecadação, a ANA se prontificou a
disponibilizar recursos à Agência das Bacias PCJ,
evidenciando a relevância da atuação institucional
na gestão financeira da entidade. Em seguida, o Sr.
Denis agradeceu a apresentação e parabenizou o Sr.
Ivens pela exposição do relatório do estudo de
fundamentação. **c) Apreciação de proposta para
835 alteração do coeficiente ponderador X₄ na
Cobrança PCJ Paulista.** O Sr. Denis Herisson da
Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ
840 FEDERAL, solicitou o apoio do Sr. Dário Júlio
Silveira Peçanha, representante da Companhia de
Saneamento Básico do Estado de São Paulo
(SABESP), para uma breve apresentação com o
objetivo de subsidiar o entendimento sobre a
845 proposta em questão. O Sr. Dário iniciou sua
exposição contextualizando a proposta da SABESP
no que se refere à Transposição Estadual.
Esclareceu que, considerando as alterações
inseridas na Minuta de Deliberação relativas à
850 Transposição Estadual, e a fim de atender às
diretrizes estabelecidas na Deliberação CRH nº
180/2015, foram ajustados os coeficientes X₁₃ da

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

- 855 seguinte forma: o X_{13} de **captação** foi alterado de 1 para 0,1, e o X_{13} de **consumo**, de 0,25 para 1. O Sr. Dário explicou que, a partir das simulações realizadas, verificou-se que a revisão da cobrança incidente sobre a Transposição Estadual será significativamente mais acentuada do que a aplicada aos demais usuários estaduais da bacia. Como resultado dessas projeções, estimou-se que a **revisão da cobrança da Transposição Estadual** corresponderá a um aumento de aproximadamente 159%, enquanto a revisão da cobrança para os **demais usuários estaduais** será de 90,5%. Diante desse cenário, o Sr. Dário destacou que, com o objetivo de compatibilizar o reajuste da cobrança estadual com a revisão da cobrança incidente sobre a Transposição Estadual, foi proposta a aplicação do coeficiente $X_4=0,721$ na parcela de consumo da transposição. Tal medida foi sugerida levando em consideração a relevância da obra hidráulica representada pelo Sistema Cantareira para a regularização da vazão na bacia PCJ. Dessa forma, ficariam mantidos os Preços Unitários Básicos (PUB) e o mesmo percentual de incremento na cobrança para todos os usuários da bacia. Após a conclusão da apresentação e não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu o item de pauta à votação, a qual foi realizada de forma segmentada para cada um de seus subitens: 2a, 2b e 2c. Inicialmente, o Sr. Denis colocou em votação o subitem 2a, iniciando pelos membros com direito a voto da CT-PL. O resultado foi: 16 (dezesseis) membros manifestaram-se favoráveis à aprovação do subitem; a entidade SABESP votou contra a aprovação do item; e foram registradas três abstenções, das seguintes entidades: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) – Diretoria Regional de Limeira e Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Na sequência, o subitem 2a foi submetido à votação pelos membros presentes da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), com o seguinte resultado: 17 (dezessete) votos favoráveis; a entidade SABESP manifestou-se contrária à aprovação; e foram registradas 2 (duas) abstenções, das seguintes entidades: ABCON e UNICA. Dessa forma, o subitem 2a foi aprovado pela maioria dos presentes. Em seguida, o Sr. Denis submeteu à votação o subitem 2b, iniciando pelos membros com direito a voto da CT-PL. O resultado foi: 16 (dezesseis) votos favoráveis; a entidade SABESP manifestou-se contrária à aprovação; e houve 3 (três) abstenções
- 905 (FIESP, CIESP – Diretoria Regional de Limeira e FIEMG). Na sequência, o subitem 2b foi submetido à votação pelos membros da CT-PB, resultando em: 17 (dezessete) votos favoráveis; 1 (um) voto contrário (SABESP) e duas abstenções (ABCON e ÚNICA). Dessa forma, o subitem 2b foi aprovado pela maioria. Por fim, o Sr. Denis submeteu à votação o subitem 2c, iniciando pelos membros com direito a voto da CT-PL. O resultado foi o seguinte: a entidade SABESP manifestou-se favorável à aprovação do item, enquanto 19 (dezenove) entidades posicionaram-se contrariamente à aprovação do item e não houve abstenções. Posteriormente, a votação foi realizada entre os membros com direito a voto da CT-PB, cujo resultado foi: 2 (duas) entidades (SABESP e ÚNICA) manifestaram-se favoráveis à aprovação do subitem, enquanto 18 (dezoito) entidades votaram contra a aprovação do item e não houve abstenções. Dessa forma, foram aprovados, por maioria dos votos, em ambas as Câmaras Técnicas, os subitens: **2a – Apreciação da minuta de parecer técnico da CT-PB e da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ referentes à revisão de mecanismos e valores das Cobranças PCJ Paulista e Federal; 2b – Apreciação do relatório de fundamentação da proposta de revisão de valores e mecanismos das Cobranças PCJ Paulista e Federal.** O subitem 2c – **Apreciação da proposta para alteração do coeficiente ponderador X_4 na Cobrança PCJ Paulista** – não foi aprovado pela maioria votante em ambas as Câmaras Técnicas. Após, as discussões, o Sr. Denis Silva explicou que devido ao adiantado da hora e em virtude da necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para as discussões e os previstos nos regimentos internos dos Comitês PCJ para convocações, e da disponibilidade do material para análise dos Plenários dos Comitês PCJ, colocou em votação a proposta de suspensão da presente reunião, com a sua retomada em 04/11/2024, às 11h, por videoconferência, após a 95ª Reunião Ordinária da CT-PL, para continuidade das discussões dos demais itens de pauta, sendo aprovado por unanimidade. A reunião foi suspensa e retomada em 04/11/2024 às 11h, sendo tratado o item a seguir: **3. Apreciação de minuta do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2024 – Ano Base 2023”.** O Sr. Denis Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

FEDERAL, iniciou sua exposição contextualizando que a minuta em questão se refere ao Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ – ano base 2023, um instrumento de gestão cujo objetivo é monitorar a disponibilidade hídrica e o balanço entre oferta e demanda de recursos hídricos. Na sequência, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Juliana Gonçalves, representante da Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ, para uma breve apresentação sobre o assunto, a fim de subsidiar o entendimento dos presentes. A Sra. Juliana iniciou sua apresentação fornecendo embasamento técnico e orientações gerais acerca do item de pauta. O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ de 2024 tem como base o ano de 2023, em conformidade com a Deliberação CRH SP nº 146/2014, e utiliza dados da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHI), considerando informações das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 5 (UGRHI 05) em sua porção paulista. Conforme disposto na Lei nº 7.663/1991, o Relatório de Situação é um instrumento de avaliação da eficácia do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, com periodicidade anual. Ademais, a Lei nº 16.337/2016 determina que os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) deliberem sobre o Relatório de Situação da Bacia Hidrográfica até 30 de junho de cada ano. No entanto, para o ano de 2024, esse prazo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2024, em decorrência do atraso no envio dos dados pela CRHI. No momento, informações relativas ao balanço hídrico e ao índice de qualidade de águas subterrâneas ainda não foram disponibilizadas. Entretanto, o detalhamento desses dados consta na deliberação pertinente e, tão logo sejam recebidos em sua totalidade, serão apresentados na sessão plenária de 10 de dezembro de 2024. Na sequência, a Sra. Juliana apresentou uma síntese dos principais dados abordados pelo Relatório de Situação das Bacias PCJ e as orientações para gestão. O primeiro tema discutido foi a Disponibilidade das Águas Superficiais. Em 2023, a CBH-PCJ registrou uma vazão média per capita de 927,2 m³/hab.ano, classificada como crítica por estar abaixo de 1.500 m³/hab.ano. No tocante ao Índice de Perdas no Sistema de Distribuição de Águas, a Sra. Juliana destacou que os dados são provenientes do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e possuem defasagem de um ano em relação ao cronograma do Relatório de Situação. Conforme o mapa de Índice

de Perdas, os municípios classificados em vermelho indicam perdas iguais ou superiores a 40% (ruim); em amarelo, perdas entre 25% e 40% (regular); em verde, perdas entre 5% e 25% (bom); e em cinza, municípios sem dados disponíveis. Quanto ao Saneamento - Esgotamento Sanitário, em 2023, a CBH-PCJ registrou um índice de esgoto coletado de 94,1%, classificado como bom por ultrapassar 90%. O índice de esgoto tratado foi de 87,1% (regular, entre 50% e 90%), enquanto o índice de esgoto reduzido atingiu 76,6% (regular, entre 50% e 80%). O esgoto remanescente foi registrado em 70.301 kg/DBO/dia de carga orgânica. Sobre a Qualidade das Águas Superficiais, a classificação do Índice de Qualidade das Águas (IQA) na UGRHI 05 indicou três pontos como ótimos, 43 como bons, 30 como regulares e 15 como ruins, sem pontos classificados como péssimos. Já no Índice de Qualidade das Águas Brutas para Fins de Abastecimento Público (IAP), a UGRHI 05 registrou um ponto ótimo, 11 bons, 11 regulares, três ruins e dois péssimos. Em suas considerações finais, a Sra. Juliana Gonçalves ressaltou que os dados apresentados correspondem à porção paulista das Bacias PCJ. Destacou que 14 municípios ainda apresentam índices de perdas superiores a 40%, sendo necessária a adoção de medidas de controle e redução para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Bacias. Observou, ainda, que a redução da carga orgânica remanescente de 2020 pode estar associada aos investimentos realizados na bacia. Ademais, salientou que os índices IQA e IAP refletem a redução da qualidade da água em áreas de elevado adensamento populacional. Por fim, enfatizou a importância da implementação do Plano de Bacias PCJ 2020-2035, que estabelece diretrizes estratégicas e articulações junto aos Comitês PCJ. Não havendo manifestações adicionais, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação que aprova o "Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2024 - ano base 2023" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), sendo a mesma aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **4. Alteração do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, para o quadriênio 2024 a 2027.** O Sr. Denis Herisson, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, após breve introdução, solicitou o apoio da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

1065 Sra. Kátia Cezarino, representante da Coordenação do Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ, para subsidiar o entendimento do assunto. A Sra. Kátia Cezarino iniciou sua apresentação fornecendo um breve contexto acerca do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2024-2027. Ressaltou que o PA/PI é um dos requisitos previstos na Deliberação CRH nº 146/2012, contemplando a relação de ações a serem realizadas no quadriênio 2024-2027, bem como a estimativa dos recursos financeiros necessários para sua implementação e suas respectivas fontes. Para o referido período, o PA/PI foi aprovado em 2023 pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 447/2023, de 29/06/2023, e posteriormente alterado para inclusão de obras relacionadas ao setor de saneamento por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 460/2023, de 07/12/2023. Essa deliberação ajusta o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ no quadriênio 2024-2027. No que tange à adequação do PA/PI, a Sra. Kátia Cezarino destacou que qualquer modificação está prevista na Lei Estadual Paulista nº 7.663/1991, a qual exige que determinados relatórios contenham, no mínimo, a proposição de ajustes nos programas, cronogramas de obras e serviços, bem como nas necessidades financeiras dos planos de Bacias Hidrográficas e de Recursos Hídricos. A aprovação do plano para o quadriênio, seguida dos ajustes necessários, resultou na versão atual do Relatório de Situação. Ressaltou-se ainda que essa obrigação, prevista na Lei Estadual Paulista nº 7.663/1991, também consta na Deliberação CRH nº 224/2019, sendo, portanto, imprescindível que qualquer alteração no PA/PI seja formalizada por meio do Relatório de Situação. Em seguida, a Sra. Kátia Cezarino apresentou a síntese das adequações realizadas para o PA/PI 2024-2027, informando que houve realocação de recursos entre ações, redistribuição e transferência de valores, bem como postergação de investimentos para os anos subsequentes do quadriênio. Além disso, algumas ações receberam ampliação de recursos financeiros em função dessas realocações. O total das propostas, considerando os valores estimados para cada ação no Plano de Ação 2024-2027, diferiu do inicialmente previsto pelos Comitês PCJ, fato que foi informado ao CRHI por meio do Ofício Comitês PCJ nº 077/2024. Em relação às ações postergadas no quadriênio ou que necessitam de maior definição de escopo, a Sra. Kátia destacou a ação "Estabelecer parcerias para pesquisa com Universidades e

Institutos". Como essa ação estava prevista para 2024, sua execução foi adiada a fim de aprimorar a definição do escopo e avaliar a necessidade de contratações. Todos esses aspectos serão debatidos no âmbito dos Comitês PCJ. Outra ação de destaque foi o "Acompanhamento e apoio aos estudos de viabilidade, projetos de engenharia e licenciamento ambiental das barragens de Pedreira, Duas Pontes e do Ribeirão Piraí, além do trecho oeste do Sistema Adutor Regional (SAR)", ressaltando-se a importância da ativação do Grupo de Trabalho do SAR (GT-SAR). Também foi abordada a possibilidade de inclusão dessa ação no próximo ciclo da Cobrança Federal, em vez de na Cobrança Paulista. Esclareceu-se que o adiamento de oito ações foi previamente discutido internamente antes de ser efetivado. Na sequência, foram apresentadas as ações com maior aporte de recursos para o ano de 2025. Embora as ações sejam organizadas por quadriênio, foi realizada uma seleção para exibição das principais iniciativas previstas especificamente para 2025. Dentre elas, destacam-se seis ações de maior investimento: **i)** Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água; **ii)** Implantação e melhorias de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), incluindo retrofit para remoção de nutrientes; **iii)** Ampliação e aprimoramento dos sistemas de coleta de esgoto; **iv)** Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos; **v)** Implantação de novas ETEs e aprimoramento das já existentes; **vi)** Implantação de unidades de tratamento de lodo nas Estações de Tratamento de Água (ETAs). Posteriormente, a Sra. Kátia apresentou o montante previsto para aplicação em 2025, totalizando R\$ 64.838.581,10 (sessenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e um reais e dez centavos). Desse montante, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) são provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos (CFURH) e R\$ 64.338.581,10 (sessenta e quatro milhões, trezentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e um reais e dez centavos) originam-se da Cobrança Paulista. Ao detalhar os investimentos para 2025, a Sra. Kátia destacou os seguintes valores alocados para cada ação: **i)** Controle de perdas em sistemas de abastecimento de água: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); **ii)** Implantação de novas ETEs e melhorias nas já existentes: R\$ 6.552.866,82 (seis milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

- 1165 centavos); **iii)** Retrofit de ETEs para remoção de nutrientes: R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais);
- iv)** Implantação de unidades de tratamento de lodo nas ETAs: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- v)** Melhoria dos sistemas de coleta de esgotos: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); **vi)** Expansão, integração, operação e manutenção da rede de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos, incluindo a ampliação de três postos de monitoramento da qualidade: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Encerrada a apresentação e não havendo manifestações adicionais, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta da Deliberação que altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos – PA/PI para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ no quadriênio 2024-2027, sendo esta aprovada por unanimidade para encaminhamento aos Plenários dos Comitês PCJ. **5. Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (POA-PCJ), para o exercício 2025.** O Sr. Denis Herisson, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, apresentou a minuta de deliberação para aprovação do Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias PCJ (POA-PCJ) referente ao exercício de 2025. Após essa introdução, solicitou o apoio da Sra. Kátia Cezarino, representante da Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ, para uma breve explanação sobre o tema. A Sra. Kátia Cezarino iniciou sua apresentação esclarecendo que o POA se refere à Cobrança PCJ Federal, enquanto o Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) está vinculado à Cobrança Paulista, ainda que inclua ações no âmbito federal. Em seguida, abordou a Integração dos Instrumentos Orçamentários, começando pelo Plano de Recursos Hídricos (PRH), onde são definidas prioridades e metas gerais com um menor nível de detalhamento. O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) apresenta maior especificidade e cobre um período de cinco anos, sendo o ciclo vigente de 2021 a 2025. Já o Plano de Execução Orçamentária Anual é um instrumento vinculado ao PAP-PCJ 2021-2025, contendo a descrição detalhada das ações a serem executadas anualmente, tanto em investimentos quanto no custeio administrativo das Agências das Bacias PCJ. Complementarmente, o Plano Anual de Contratações (PAC) detalha os contratos planejados para a execução desse planejamento. Na sequência, a Sra. Kátia detalhou as ações já realizadas no POA-PCJ 2025. Foram aplicados ajustes inflacionários de 5% nas ações contínuas, conforme a margem do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), para contratações previstas em 2025 e aquelas remanescentes de 2024. Houve remanejamento de recursos entre subações, utilizando saldos provenientes de economia orçamentária e saldos contratuais de contratos em andamento. Além disso, foram aportados recursos adicionais em subações existentes, considerando que 2025 é o último ano do ciclo do PAP 2021-2025, e novas subações foram incluídas, após avaliação da Diretoria da Agência das Bacias PCJ. Em seguida, a Sra. Kátia apresentou o POA-PCJ 2024 e o embasamento para as alterações propostas. O POA aprovado para 2024 foi de R\$ 61.854.342,95, com previsão de execução de R\$ 57.653.891,73 até dezembro de 2024, resultando em um saldo realocado para 2025 de R\$ 4.200.451,22. Para 2025, o POA inicial foi aprovado no valor de R\$ 37.927.986,22, sendo posteriormente ajustado para R\$ 42.128.437,43, considerando o saldo remanescente do POA 2024. Dentre os investimentos previstos no POA-PCJ 2025, destacam-se: **i)** Gestão de Recursos Hídricos: R\$ 22.623.028,77; **ii)** Agenda Setorial: R\$ 10.942.010,17; **iii)** Apoio ao CBH-PCJ: R\$ 5.905.480,62; **iv)** Manutenção do CBH e da Entidade Delegatária (ED): R\$ 2.657.919,87; **v)** Total do POA-PCJ 2025: R\$ 42.128.437,43. A seguir, foram destacadas as ações e subações com maior aporte de recursos no POA-PCJ 2025, incluindo: **i)** Monitoramento quantitativo dos recursos hídricos superficiais: R\$ 4.750.000,00; **ii)** Comunicação social voltada ao fortalecimento do CBH-PCJ: R\$ 1.050.000,00; **iii)** Educação ambiental para ações vinculadas aos Planos de Recursos Hídricos: R\$ 1.500.000,00; **iv)** Formação de representantes dos poderes públicos e comunitários: R\$ 315.000,00; **v)** Estudos e projetos para controle e redução de perdas de água: R\$ 2.007.647,82. Quanto à distribuição percentual dos investimentos em 2025, destacam-se: **i)** Monitoramento Hidrometeorológico: 14,70% do total, com oito subações; **ii)** Comunicação, Mobilização Social, Educação e Capacitação Técnica: 10,79% do total, com sete subações; **iii)** Gestão de Demanda: 4,77% do total, com duas subações. A Sra. Kátia enfatizou que o detalhamento apresentado contempla os programas que receberão maior aporte de recursos em 2025. Após a conclusão da apresentação e não havendo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 14ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB

Instituto Pecege – Piracicaba/SP – 01/11/2024, das 9h30 às 14h, e por videoconferência em 04/11/2024, das 11h às 12h.

1270 manifestações adicionais, o Sr. Denis submeteu à
votação a minuta de deliberação que aprova o Plano
de Execução Orçamentária Anual das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá – POA-PCJ para o exercício de 2025, sendo
1275 aprovada por unanimidade para encaminhamento
aos Plenários dos Comitês PCJ. **Encerramento.**
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis agradeceu
a participação de todos e deu por encerrada a
reunião.

1280 ***Denis Herisson da Silva***
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL e Coordenador da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL)

1285 ***Gustavo Arthur Mechlin Prado***
Coordenador da Câmara Técnica
do Plano de Bacias (CT-PB)